

Deputado vai representar o empresariado

PORTO ALEGRE — Luís Roberto Andrade Ponte, no-vo Deputado em votação entre os 17 que o PMDB elegeu no Rio Grande do Sul, é um estreante na política, apesar de já há algum estar vinculado com o Governo pela construção de obras públicas. Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil e do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio Grande do Sul, foi apoiado por lideranças empresariais gaúchas. Sua campanha recebeu colaboração financeira expressiva deste setor tanto em dinheiro quanto em prédios para comitês, veículos e pessoas para trabalhar.

Embora tivesse pouco tempo de PMDB, Andrade Ponte fortaleceu-se politicamente por causa das dezenas de obras públicas que sua empresa realizou para o Estado e conseguiu, com dobradinhas com candidatos de diversos segmentos, uma votação que, se não foi expressiva, foi suficiente para elegê-lo com tranquilidade.

O apoio dos empresários durante a campanha será retribuído agora na defesa dos interesses deles na Constituinte. Os cinco pontos básicos da proposta que Andrade Ponte levará mostram bem a sua vinculação com o grupo que o elegeu:

1) A organização econômica do País será orientada pela economia de mercado, preservando a livre-iniciativa e a propriedade privada dos meios de produção. O Estado deve restringir sua atuação apenas aos segmentos que a iniciativa privada não tem interesse ou condições de atuar como também os que são de interesse nacional.

2) Preservação da democracia pluralista com um regime democrático que garanta a independência e igualdade entre os Poderes. Inclusão de instrumentos que assegurem um controle do Estado pela sociedade, para que ele realmente esteja a serviço dela, evitando o controle dos cidadãos.

3) Criar instrumentos para que o Estado possa erradicar do País a pobreza absoluta, priorizando investimentos na educação, habitação e saneamento, alimentação e saúde, possibilitando que todos os brasileiros tenham acesso.

4) Mudança do perfil da contribuição fiscal para que os que mais consomem, mais contribuam com impostos. Dentro da Reforma Tributária, além da redistribuição dos recursos, inclui a descentralização de competências, aumentando o poder dos Estados e municípios.

5) Reformulação da Justiça, propiciando segurança e justiça a todos os cidadãos. A Justiça no País é hoje muito deficiente, tardia e lemorada.